

BOLETIM DE INVESTIMENTOS

ECONOMIA EM SETEMBRO DE 2025

No contexto global, foi observado o fim da fase de expansão econômica, com atividade nos EUA ainda resiliente, mas com mercado de trabalho esfriando e inflação pressionada por tarifas; a Área do Euro próxima de 1% de crescimento, sendo o melhor momento; e China já em moderação e deflação. Para emergentes, isso produz vetores mistos: (i) dólar mais fraco e a perspectiva de afrouxamento do Fed em 2025 são ventos favoráveis a moedas e juros locais; (ii) por outro lado, demanda externa mais fraca (China desacelerando) e fragmentação comercial pesam sobre exportações, preços de commodities e lucros. O balanço de riscos sugere que países com ancoragem fiscal e inflação em queda tendem a colher queda nos prêmios de risco e ter espaço para cortes de juros; já economias com fragilidades fiscais continuam vulneráveis a choques de fluxo e de termos de troca.

No Brasil, O Banco Central do Brasil (BCB) manteve a Selic em 15% a.a., consolidando o fim do ciclo de alta e adotando um tom duro: a atividade desacelera “como esperado”, os juros permanecerão elevados por um período prolongado e o Comitê está pronto para retomar o aperto, se necessário. Ao enquadrar a desaceleração como consistente com seu cenário-base, o Copom desestimula apostas em cortes iminentes. A política segue altamente contracionista: a taxa real ex-ante (Swap-DI de 1 ano menos a expectativa de inflação 12 meses à frente da pesquisa Focus) ao redor de 9,5% está muito acima do juro neutro estimado pelo BCB de 5%, favorecendo a desinflação.

Segundo a ata da decisão de juros e o Relatório de Política Monetária (RPM) publicados na última semana de setembro, os riscos de inflação permanecem elevados. As projeções ficaram praticamente inalteradas: IPCA em 4,8% (2025), 3,6% (2026), 3,4% (1º tri/2027), 3,2% (fim de 2027) e 3,1% (1º tri/2028). O BCB elevou o hiato do produto para 0,7% no 2º tri e 0,5% no 3º tri (compatível com inflação acima da meta) e projeta hiato negativo em 2027 (-0,5%), ajudando a convergência à meta de 3%. À frente, o Bacen projeta crescimento do PIB de 2,0% em 2025 (ante a estimativa anterior de 2,1%) e 1,5% em 2026; a combinação de desaceleração concentrada em setores menos cíclicos e mercado de trabalho ainda forte explica o hiato mais alto no curto prazo.

A desaceleração econômica já afeta setores mais sensíveis à política monetária (comércio varejista, indústria de transformação e materiais de construção civil) e deve se intensificar nos próximos meses, reforçando o processo desinflacionário. Há a projeção de corte de 50 pontos-base em dezembro, levando a Selic a 14,5% e iniciando um ciclo gradual de flexibilização.

No front fiscal, o governo elevou os bloqueios de despesas para R\$ 12,1 bi, realocando gastos discricionários para obrigatórios; não houve contingenciamento, com déficit primário projetado em R\$ 30,2 bilhões, piso do intervalo da meta. Contudo, aumenta a probabilidade de anúncio de contingenciamento na revisão de novembro, dada a determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) de que o governo deve perseguir o centro da meta de primário, e não o piso. Por fim, a tramitação da isenção de IR até R\$ 5 mil/mês, com compensação via alíquota de 10% sobre rendimentos acima de R\$ 50 mil/mês, tende a ser neutra para os mercados se aprovada como proposta, por afastar o cenário de renúncia sem compensação.

ÍNDICES	MÊS	ANO
CDI	1,22%	10,35%
IMA-S	1,24%	10,54%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	1,19%	12,21%
IMA-B	0,54%	9,42%
IRF-M	1,26%	14,36%
DÓLAR	-1,99%	-14,11%
IBOVESPA (AÇÕES BRASIL)	3,40%	21,58%
MSCI WORLD (Moeda original)	3,09%	16,15%
NASDAQ (Moeda original)	5,61%	17,34%
S&P 500 (Moeda original)	3,53%	13,72%